

# COMISSÃO DE CULTURA

## PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2024

Altera o art. 42, para inclusão do inciso IV da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tornando obrigatório que teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares de administração pública a fornecerem cadeiras de rodas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

**Autor:** Deputado MARX BELTRÃO

**Relator:** Deputado AUREO RIBEIRO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.591, de 2024, altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por parte de teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares de administração pública. O projeto foi distribuído às Comissões de Cultura; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o Relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.591, de 2024, altera a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – LBI) para tornar obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por parte de estabelecimentos culturais e esportivos de administração pública.

O objetivo, conforme se depreende da justificção do autor ao Projeto, é garantir o direito à cultura, ao esporte e ao lazer às pessoas que tem mobilidade reduzida e que podem, portanto, enfrentar dificuldades para acessar e percorrer estabelecimentos que demandem grandes locomoções.

De fato, em alguns espaços, o empréstimo de cadeiras de rodas é um recurso de acessibilidade importante para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer os seus direitos. A própria Câmara dos Deputados tem, entre suas medidas de acessibilidade, o empréstimo temporário de triciclos e de cadeiras de rodas motorizadas e manuais para pessoas com dificuldade de locomoção. Em 2023, ocorreram quase 900 empréstimos desses equipamentos para deputados e colaboradores da Casa, contribuindo para a eliminação das barreiras presentes em um espaço extenso como este.

Recordamos, ainda, que o fornecimento de carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, já é obrigatório para os centros comerciais e estabelecimentos congêneres. A obrigatoriedade foi inserida pela LBI na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Da mesma forma, os espaços destinados à cultura e ao esporte devem eliminar barreiras e garantir os direitos das pessoas com deficiência. Pensemos na distância que se costuma percorrer e no grande



tempo consumido em visitas a museus, por exemplo. Para uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, esses elementos podem limitar ou mesmo impedir a fruição da cultura e o exercício dos direitos culturais.

Somos, portanto, favoráveis à matéria, no âmbito do mérito cultural. Consideramos, porém, que é preciso aperfeiçoá-la sob o ponto de vista formal, alocando a alteração para a Lei nº 10.098/2000, que versa de forma mais específica sobre a acessibilidade e já conta com dispositivo sobre o fornecimento de cadeiras de rodas.

Por isso, apresentamos Substitutivo à matéria, em que alteramos o art. 12-A da referida Lei. Após a apreciação por esta Comissão de Cultura, a matéria seguirá para a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde poderá ser novamente aprimorada, se for este o caso.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 2.591, de 2024, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado AUREO RIBEIRO  
Relator

2024-15274



## COMISSÃO DE CULTURA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2024

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estender aos estabelecimentos culturais e esportivos a obrigação de fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres, bem como os estabelecimentos culturais e esportivos, devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado AUREO RIBEIRO  
Relator

2024-15274

